

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.066 - DF (2018/0023949-2)

EMBARGANTE : J B

ADVOGADO : MAX LANIO BARBOSA - GO051309

IMPETRADO : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se da quarta petição de embargos de declaração protocolada pela mesma parte.

Na petição de embargos alega a parte embargante que os embargos anteriores deveriam ser conhecidos. Colaciona, na petição, imagens de petição anterior em que alega estariam razões para o conhecimento dos aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nesta Corte não se conheceu do mandado de segurança sob o fundamento de que a decisão judicial alegadamente ilegal não se mostra teratológica, razão pela qual indeferiu-se a petição inicial do mandado de segurança.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia pronunciar-se de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração.

Evidenciado o caráter manifestamente protelatório, ante a reiteração, em novos aclaratórios, de questões já apreciadas, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, embargos de declaração não conhecidos, com a

imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, condicionada a apresentação de novo recurso após o recolhimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

